



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 259/XII/4.ª SL

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2015, pelas 18:10 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho, na sala n.º 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Conselho Nacional das Ordens Profissionais na sequência da baixa à 10.ª Comissão parlamentar de 11 propostas de lei que alteram os estatutos das respetivas associações públicas profissionais.
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PS para audição do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares, sobre o processo dos trabalhadores colocados em situação de requalificação provenientes de organismos tutelados pelo Ministério que dirige;
3. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), que presidiu à reunião, começou por, invertendo a Ordem do Dia, pôr em apreciação o requerimento apresentado pelo GP do PS para audição do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares, sobre o processo dos trabalhadores colocados em situação de requalificação provenientes de organismos tutelados pelo Ministério que dirige.

Interveio a Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) para apresentar o requerimento, que é do seguinte teor:

O regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas foi criado através da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro. Este regime consiste numa “situação jurídico-funcional em que são colocados os trabalhadores na sequência de processos de reorganização ou de racionalização de efetivos - que não são necessários ao desenvolvimento da atividade desses serviços”¹.

O Partido Socialista tem acompanhado o processo que conduziu à passagem à requalificação de mais de 6 centenas de trabalhadores do Instituto de Segurança Social, I.P., dos quais, cerca de 100 trabalhadores correm o risco de despedimento no prazo de 12 meses, conforme admitiu o Secretário de Estado da Administração Pública. Verifica-se que, até à presente data, foram enviados para a requalificação mais de 700 trabalhadores e há processos de requalificação em curso, não só do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, mas também de outros Ministérios, designadamente do Ministério da Educação e Ciência, da Economia, do Ambiente e Ordenamento do Território, da Agricultura e do Mar, da Defesa ou da Presidência do Conselho de Ministros.

Ao INA cabe acompanhar os processos individuais de requalificação, com o cumprimento escrupuloso da aplicação de critérios de Isenção e transparência, promovendo o reinício de funções dos trabalhadores, bem como a requalificação por via da formação profissional, durante a primeira fase do processo²), constituindo um direito do trabalhador, entre outros, a realização de um programa de formação específico. Esta fase (primeiros 12 meses) destina-se a *“reforçar as capacidades profissionais do trabalhador, criando melhores condições de empregabilidade e de reinício de funções, devendo envolver a identificação das respetivas capacidades, motivações e*

vocações, a orientação profissional, a elaboração e execução de um plano de requalificação, incluindo ações de formação profissional e a avaliação dos resultados obtidos”, cabendo ao INA³ enquadrar os trabalhadores em processos de desenvolvimento profissional através da realização de programas de formação específicos.

Face ao exposto, e tendo em conta informações que têm chegado aos deputados do Partido Socialista, denunciando que muitos daqueles trabalhadores, já em requalificação, não têm ainda o seu plano individual, havendo dificuldades de resposta, estando a decorrer um conjunto de processos em diferentes Ministérios cujo ponto de situação em cada um deles não é conhecido, e tendo a maioria PSD/CDS chumbado o requerimento apresentado na COFAP para ouvir a Diretora Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), é essencial que exista uma clarificação sobre a situação destes trabalhadores e do seu processo de requalificação.

O Partido Socialista pretende assim, com o presente requerimento, ouvir o Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, sobre o ponto de situação dos processos de requalificação que estão em curso no seu Ministério.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) observou que a requalificação está a gerar um conjunto de problemas.

Submetido à votação, foi o requerimento rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS e do PCP.

De seguida, teve lugar a audição do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP), cuja delegação foi constituída pelos seguintes membros:

- Presidente do Conselho Geral do CNOP e Bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas: Doutor Orlando Monteiro da Silva;
- Membro da Comissão Executiva do CNOP – Dra. Filipa Carvalho Marques;
- Câmara dos Solicitadores: Presidente, Dr. José Carlos Resende;

- Ordem dos Advogados: Vice-Presidente, Dr. Pedro Biscaia;
- Ordem dos Arquitectos: Presidente, Arq.º João Santa-Rita (acompanhado pelo Vice- Presidente, Arq. Pedro Ravara);
- Ordem dos Biólogos: Bastonário, Prof. José Matos;
- Ordem dos Economistas: Presidente do Conselho de Especialidade de Economia Política e Membro do Conselho Geral, Dr. Mário de Abreu;
- Ordem dos Enfermeiros: Bastonário, Enf.º Germano Couto (acompanhado pelo Presidente do Conselho Jurisdicional, Enf.º Rogério Gonçalves);
- Ordem dos Engenheiros: Bastonário, Eng.º Carlos Matias Ramos;
- Ordem dos Médicos Veterinários: Vice-Presidente, Dr. Luís Cruz (acompanhado pelo Dr. José Prazeres, Tesoureiro);
- Ordem dos Nutricionistas: Bastonária, Dra. Alexandra Bento;
- Ordem dos Psicólogos: Bastonário: Prof. Telmo Baptista.

Após uma intervenção inicial do Senhor Presidente do CNOP, na qual fez um breve enquadramento do processo de alteração dos estatutos das APP's, identificando transversalmente 10 tópicos comuns às 16 ordens profissionais e aos cerca de 300 000 profissionais representados (documentação que pode ser consultada no link infra desta audição), intervieram os Senhores Deputados António Cardoso (PS), Clara Marques Mendes (PSD) e Jorge Machado (PCP).

A audição foi gravada em suporte áudio e vídeo, podendo aceder-se ao seu registo em: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheAudicao.aspx?BID=100063>, razão pela qual se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas vinte horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 14 de maio de 2015.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 29 de abril de 2015

Folha de Presenças

(Ata n.º 259/XII/ 4.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Andreia Neto
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Clara Marques Mendes
Joana Barata Lopes
João Figueiredo
Jorge Machado
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mário Ruivo
Miguel Laranjeiro
Nuno Sá
Teresa Costa Santos
António Cardoso
Isilda Aguincha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Idália Salvador Serrão
Inês Teotónio Pereira
Mariana Aiveca
Pedro Roque
Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos
João Paulo Pedrosa